



# EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.

BELO HORIZONTE - MG  
CNPJ 17.164.435/0001-74

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:  
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas de Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa.  
A empresa potencializou o seu campo de atuação no setor de Construção e Infraestrutura, através da expansão da área de atuação para além da Construção de Estradas, abrangendo agora segmentos como o da Construção Civil, Ferrovias e Eletromecânica.

A conjuntura econômica do país no ano de 2013, ficou aquém das expectativas de crescimento tendo-se sentido com especial enfoque esse abrandamento no segmento da Construção.  
A Empresa Construtora Brasil cumpriu contudo com eficácia os objetivos a que se propôs de forte angariação de carteira, reestruturação da empresa para execução dessa nova carteira e resultados.  
Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.  
A Administração

## BALANÇO PATRIMÔNIO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2013	2012
<b>CIRCULANTE:</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	29.310	53.415	Fornecedores	10	31.318	2.121
Contas a receber de Clientes	5	97.481	46.823	Adiantamento de clientes	11	19.164	-
Contas a receber de partes relacionadas				Empréstimos e Financiamentos	13	11.100	9.830
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.000	-	Impostos correntes a pagar		9.196	7.446
Despesas antecipadas		2.959	2.210	Salários e Encargos Sociais		4.730	2.360
Adiantamento a fornecedores		2.888	100	Dividendos a pagar	12 e 14	9.569	16.383
Outros ativos		2.269	-	Outros passivos		3.255	6.322
Total do ativo circulante		138.525	105.476	Total do passivo circulante		88.332	44.462
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	1.231	Empréstimos e financiamentos	13	23.682	28.646
Contas a receber de partes relacionadas	6	7.629	-	Impostos Renda e Contribuição Social diferidos	15	5.072	-
Contas a receber de Clientes em Investimento em Controlada em conjunto	5	18.709	16.744	Total do passivo não circulante		28.754	28.646
Imobilizado	7	33.269	33.938	Total do passivo		117.086	73.108
Intangível	8	22.576	16.162	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14		
Total do ativo não circulante	9	21.144	21.144	Capital social		96.599	94.717
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>241.852</b>	<b>194.695</b>	Reserva de capital		27.764	26.268
				Reserva de lucros		403	602
				Prejuízos acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido		124.766	121.587
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>241.852</b>	<b>194.695</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>14</b>	<b>55.050</b>	-	<b>6.430</b>	<b>3.796</b>	<b>39.434</b>	-	<b>104.710</b>
Realização de reserva de reavaliação		-	-	(6.430)	-	-	-	(6.430)
Dividendos Pagos		-	-	-	-	(36.303)	-	(36.303)
Aumento com incorporação reservas		14.318	-	-	(3.796)	(10.522)	-	-
Aumento por subscrição com agio		25.349	26.268	-	-	-	7.993	51.617
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	7.993
Destinação do lucro líquido		-	-	-	30	-	(30)	-
Reserva legal		-	-	-	-	7.963	(7.963)	-
Retenção de Lucros		-	-	-	-	572	-	572
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>14</b>	<b>94.717</b>	<b>26.268</b>	-	<b>30</b>	<b>572</b>	-	<b>121.587</b>
Dividendos Pagos		-	-	-	-	(572)	-	(572)
Dividendos Pagos, com a reserva de ágio		-	(453)	-	-	-	-	(453)
Ajustes dos exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(6.303)	(6.303)
Aumento por subscrição com agio		1.882	1.949	-	-	-	-	3.831
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	6.689
Destinação do lucro líquido		-	-	-	334	-	(334)	-
Reserva legal		-	-	-	-	39	(39)	(39)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	39	(39)	-
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>14</b>	<b>96.599</b>	<b>27.764</b>	-	<b>364</b>	<b>39</b>	-	<b>124.766</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Construtora Brasil S.A. ("Companhia" ou "ECB") tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando como construtora de estradas e construção pesada, construção civil, construção ferroviária e eletromecânica em todo o território nacional.

Além de atuar na construção de estradas no estado de Minas Gerais, está presente no Mato Grosso na construção de um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e na construção de um Resort em Pernambuco.

Com o aumento da carteira de obras a serem executadas, a partir de final de 2012 a Companhia iniciou um processo interno de reorganização administrativa, financeira e operacional. Adicionalmente, a Companhia executa obras de grande porte e serviços de engenharia através de consórcios, como líder, e em Sociedades em Conta de Participação - SCP's, onde é sócia ostensiva. As sociedades em conta de participação geralmente são constituídas para um ou alguns negócios especiais e pontuais, ou que se repetirão algumas vezes apenas, e que permitem que interessados venham a somar esforços e recursos em empreendimentos eventuais, participando dos resultados obtidos. A ECB possui ainda uma participação societária, joint-venture, na Concessionária de Rodovias TEBE S.A., cujo o objetivo é operar um contrato de concessão que contempla a manutenção e operação de um lote rodoviário no estado de São Paulo.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PMEs (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas. As políticas contábeis que possuem maior complexidade em suas estimativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota explicativa nº. 3.13.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados por contas bancárias disponíveis e por aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização e decorrem de prestações de serviços de engenharia e vendas de mercadorias atreladas a construção de empreendimentos.

3.3. **Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

3.5. **Avaliação do valor recuperável dos ativos:** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados

anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício.

3.6. **Arrendamento financeiro:** os contratos que transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, como por exemplo, situações em que exista previsão de opção de compra, que o preço de aquisição determinado ou o valor residual seja inferior ao valor de mercado, são reconhecidos como arrendamento financeiro pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor, sendo registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

3.7. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica.

O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são constituídos na medida que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de imposto de renda diferido é revisada no final de cada período de relatório.

Para as SCPs a Companhia adotou a sistemática fiscal do lucro presumido. Com base nessa última sistemática, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social de cada empresa foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada período (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anual para imposto de renda, e 9% para contribuição social).

3.8. **Contratos de construção:** Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

3.9. **Consórcios:** As participações em Consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, uma vez que a Companhia detém direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com a sua participação.

3.10. **Sociedade em conta de participação:** Os contratos para execução de obras através das Sociedades em Contas de Participação (SCP's), têm as operações integralmente contabilizadas nas contas de balanço patrimonial e da demonstração do resultado. O direito ou a obrigação de cada sócio oculto na SCP são reconhecidas no balanço patrimonial em conta de ativo (obrigação do sócio oculto) ou em conta do passivo (direito do sócio oculto), uma vez que a Companhia detém direitos e obrigações com os sócios ocultos na medida da participação do mesmo.

3.11. **Intangível:** Valor correspondente ao acervo técnico líquido, apurado em laudo elaborado por empresa especializada e contabilizado conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2003.

3.12. **Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil do ativo imobilizado e do intangível, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS</b>		18	130.555
CUSTOS DE VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		19	(104.923)
<b>LUCRO BRUTO</b>			25.632
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:</b>			
Despesas gerais e administrativas		19	(21.191)
Resultado da equivalência patrimonial			3.331
Outras receitas operacionais, líquidas			584
<b>Total</b>			(17.276)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>			8.356
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		20	13.769
Receitas financeiras			3.862
Despesas financeiras			(3.590)
			272

**LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)**

Lucro líquido do exercício

Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas:

Resultado abrangente total do período

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		6.689	7.993
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa consumido pelas atividades operacionais			
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível		8	5.351
Equivalência patrimonial		7	(3.331)
Valor residual baixado		8	22
			8.731
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber		(52.623)	11.660
Outras Contas a receber		(13.125)	(6.471)
			(65.748)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		29.197	(3.392)
Adiantamento de clientes		19.164	-
Juros pagos		(2.962)	(11.531)
Dividendos recebidos de controlada em conjunto		7	3.000
Outros passivos		1.053	3.757
			49.452
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(7.565)	8.057
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de imobilizado		8	(11.787)
Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades de investimentos			(11.787)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Aumento de capital social		14	3.831
Pagamentos de empréstimos, líquido das captações do ano			(732)
Pagamentos de dividendos		12 e 14	(7.852)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos			(4.753)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			(24.105)
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa			53.415
No início do período			29.310
No final do período			241.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O órgão recorreu das custas de sucumbência deste processo, fato este que nada influencia no valor a ressarcir à ECB no crédito já decidido em favor desta. Este processo de recurso relativo às custas é a causa da demora do pagamento total. Processo n. 023100010980-2 - a Prefeitura de Ribeirão das Neves foi já sentenciada com trânsito em julgado, a pagar R\$ 7.689. O pagamento ainda não ocorreu por falta de manifestação (despacho) do Juiz nos autos de processo de execução. Referidos créditos estão apresentados no ativo não circulante. Entretanto as negociações para realização desses valores estão em fase adiantada e a administração acredita que existe a possibilidade de realizar ainda no exercício de 2014, motivo pelo qual nenhuma provisão para perdas foi constituída.

### 6. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

As contas a receber de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2013, estão compostas como segue:

	2013
SCPs	7.629
Dividendos a receber de controlada em conjunto	1.000
	8.629

	2012
Circulante	1.000
Não circulante	7.629
	8.629

O saldo a receber de SCPs refere-se à participação do sócio oculto nos resultados negativos das obras executadas através desta modalidade. A Administração entende que esse ativo será realizado no curso normal dos empreendimentos e que não possui informações sobre qualquer tipo de risco quanto à qualidade do crédito com os sócios ocultos, motivo pelo qual não há provisão para perdas em 31 de dezembro de 2013.

### 7. INVESTIMENTO

Controlada em conjunto

	2013	2012
Saldo do investimento em 31/12/2012	33.938	33.938
Equivalência patrimonial	3.331	-
Dividendos distribuídos	(4.000)	-
Saldo do investimento em 31/12/2013	33.269	33.938

	2013	2012
Ativo total	119.617	



# EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.

BELO HORIZONTE - MG  
CNPJ 17.164.435/0001-74

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro vencíveis a longo prazo são os seguintes:

	Taxas %	2013	2012
<b>Capital de Giro</b>			
Banco Itaú .....	4,71% + CDI	3.000	7.000
Banco do Brasil .....	3% + CDI	17.826	20.055
		<b>20.826</b>	<b>27.055</b>

### Operações Financeira

Banco Itaú .....	4,20%	160	530
CAT Financeira .....	3,5% + TJLP	2.304	-
Banco do Brasil .....	4,5 + TJLP	10.821	9.332
		<b>13.285</b>	<b>9.862</b>

### Operações Leasing

Banco Itaú .....	1,36 + TJLP	428	605
Banco do Brasil .....	1,40%	31	-
		<b>459</b>	<b>605</b>

### Operações CDC

Caterpillar Financeira .....	1,30 + TJLP	212	954
		<b>212</b>	<b>954</b>

<b>Total .....</b>		<b>34.782</b>	<b>38.476</b>
Circulante .....		11.100	9.830
Não Circulante .....		23.682	28.646

### Cronograma de vencimentos:

<b>ANO</b>	<b>2013</b>
2014 .....	11.100
2015 .....	7.935
2016 .....	7.270
2017 a 2024 .....	8.555
<b>Total .....</b>	<b>34.782</b>

## GARANTIAS

Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamentos de ativo fixo, a totalidade dos equipamentos adquiridos é dada em alienação fiduciária em favor do agente financeiro. Em 31 de dezembro de 2013 o valor de custo destes equipamentos era de R\$10.255.

Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamentos de capital de giro, foi entregue o total de R\$ 181.901, referente a totalidade dos contratos de obra a executar dos clientes ANGLo FERROUS e o D.A.E.R. (Departamento Autônomo de Estradas de Rio Grande do Sul)

## COVENANTS

Os empréstimos obtidos pela Companhia não possuem cláusulas de covenants.

## ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia possui contrato de arrendamento (leasing) financeiro referente a compra de veículos de uso administrativo e operacional. O contrato possui prazo médio de duração que variam de 48 a 60 meses e cláusula de opção de compra ao término do contrato. Em 31 de dezembro de 2013 valor custo deste ativo imobilizado é de R\$1.099.

Em 31 de dezembro de 2013 os escalonamentos dos vencimentos dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro e os seus valores presentes são como segue:

	Pagamentos futuro
Período após a data do balanço	
Até 12 meses .....	273
Entre 13 e 32 meses .....	186
<b>Total .....</b>	<b>459</b>

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social  
O capital social é de R\$ 96.599 em 31 de dezembro de 2013 está representado por 100.185.267 ações, sem valor nominal, incluindo a subscrição de 26.405.267 novas ações, por novos acionistas, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2012, que representou um aumento de R\$ 51.617, R\$25.349 a título de capital social e R\$26.268 a título de ágio, na subscrição de ações.

Em 11 de março de 2013, foram subscritos mais R\$ 3.831, R\$ 1.882 a título de capital social e R\$ 1.949 a título de ágio, na integralização de 1.959.558 novas ações ordinárias.

### Reserva de capital

O valor da reserva é, basicamente, decorrente das subscrições de capital com ágio, ocorridas em 2012 e 2013.

### Dividendos

Conforme assembleias 30 de abril e 14 de novembro de 2012, foram propostos dividendos no total de R\$36.303, referente a lucros

de exercícios anteriores.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

Lucro líquido do exercício .....	2013	2012
Reserva legal .....	6.689	(334)
Ajuste de anos anteriores .....	(6.303)	(6.303)
Lucro líquido ajustado base para os dividendos .....	52	52
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% .....	(13)	(13)
Destinação do saldo remanescente para retenção de lucros .....	39	39

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes do prejuízo fiscal reconhecido no exercício de 2010, o qual a Companhia não compensou nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 o saldo montava em R\$1.231.

A composição dos impostos diferidos é a seguinte:

	2013 IR/CS	2012 IR/CS
Imposto de renda diferido passivo sobre lucros com órgãos governamentais .....	6.303	(1.231)
Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais Total dos impostos diferidos líquidos (ativo) / passivo .....	(1.231)	(1.231)
A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:	5.072	(1.231)

	2013 IR/CS	2012 IR/CS
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....	8.628	9.280
Alíquota .....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais Adições permanentes* .....	(2.934)	(3.155)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados .....	995	1.868
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.939)	(1.287)
* Basicamente, refere-se ao efeito da opção pelo Lucro Presumido das SCPs.	(1.939)	(1.287)

## 16. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em suas obras e consórcios que possui participação, é considerado, principalmente, o agrupamento de riscos, o valor de reposição dos ativos e as particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia realiza a contratação, a identificação e a manutenção das garantias de nossos negócios, assessorada por corretoras de renome internacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados:

	Importância Segurada Em R\$ mil
<b>Itens</b>	
Riscos de Engenharia .....	530.000
Responsabilidade Civil .....	531.000
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc) .....	2.041
Garantias (seguro garantia e fiança bancária) .....	192.884
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.255.925</b>

## 17. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Os acionistas da Companhia autorizaram, conforme deliberado em AGE de 16 de fevereiro de 2009, a prestação de fiança à Concessionária de Rodovias Tebe S.A., solidariamente às sócias da concessionária, no contrato de operação de crédito de R\$ 18.586 pelo prazo de 108 meses junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

## 18. RECEITAS

	2013	2012
Receita de Serviços .....	104.562	114.243
Revenda de Mercadorias .....	34.556	-
<b>RECEITA BRUTA .....</b>	<b>139.118</b>	<b>114.243</b>
Impostos sobre Vendas .....	(8.563)	(7.059)
<b>RECEITA LÍQUIDA .....</b>	<b>130.555</b>	<b>107.184</b>

## 19. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2013	2012
Matérias-primas e materiais de consumo .....	26.796	16.797
Materiais vendidos .....	23.123	-
Despesas de depreciação .....	5.351	5.681
Despesas com folhas de pagamento .....	39.214	33.598
Despesas com alugueis e estrutura .....	941	635
Despesas manutenção e contrat. serviços .....	21.635	24.546
Despesas com energia elétrica .....	466	468
Impostos, taxas e encargos .....	730	2558
Despesas de viagens .....	897	603
Outros .....	6.961	6.065
<b>TOTAL .....</b>	<b>126.114</b>	<b>90.951</b>
Custo das Obras e Serviços .....	104.923	76.777
Gerais e administrativas .....	21.191	14.174
<b>TOTAL .....</b>	<b>126.114</b>	<b>90.951</b>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	2013	2012
<b>RECEITA FINANCEIRA</b>		
Juros de aplicação financeira .....	3.788	662
Outros .....	74	86
<b>TOTAL .....</b>	<b>3.862</b>	<b>748</b>

## DESPESA FINANCEIRA

Juros emp. e Financiamentos .....	(3.489)	(5.109)
Outros .....	(101)	(128)
<b>TOTAL .....</b>	<b>(3.590)</b>	<b>(5.237)</b>

## 21. REMUNERAÇÃO PAGA AOS DIRETORES DA COMPANHIA

A remuneração paga aos diretores da companhia durante o exercício

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Empresa Construtora do Brasil S.A. Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Empresa Construtora do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### Base para opinião com ressalvas

a. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui contas a receber de clientes em atraso a longa data no valor de R\$ 19.915 mil, que não é possível determinar quando e por qual valor referidos montantes serão recebidos.

b. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui investimento na Concessionária de Rodovias Tebe S.A. no valor de R\$ 33.269 mil. Em razão de que os trabalhos de auditoria contratados não incluíram referido investimento não nos foi possível concluir sobre o critério de

findo em 2013 foi de R\$ 1.846.

## 22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 22 de abril de 2014, as quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos  
Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Costa Simões

João Pedro dos Santos Dinis Parreira

José Lúcio Rezende Filho

Luís José Donas Boto Vaz Pato

Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

### DIRETORIA

Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

Diretor Presidente

Luís José Donas Boto Vaz Pato

Diretor Vice-Presidente

Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga

Diretor Financeiro

Gilberto Tavares dos Santos

Diretor de Operações

### Contador Responsável:

Altair Valadares Dias - CRC MG 30510

avaliação do investimento e seus respectivo saldo e possíveis reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

c. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui registrado como ativo intangível o valor de R\$ 21.144 mil referentes a acervo técnico da própria Companhia, reconhecido contra patrimônio líquido em exercícios anteriores. Este intangível não atende as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas para registro ou manutenção como ativo. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido está a maior no valor de R\$ 21.144 mil.

d. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos o ajuste de exercícios anteriores apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente a impostos diferidos passivos. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente calculados, entretanto a Companhia não efetuou a reapresentação das informações financeiras dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

### Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, que poderiam decorrer dos assuntos descritos nos itens "a" e "b" e pelos efeitos dos assuntos descritos nos itens "c" e "d" do parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41).

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui contas a receber de clientes em atraso a longa data no valor de R\$ 18.709 mil, para os quais a administração possui êxito em processo judicial já transitado em julgado e perspectiva de realização dos créditos durante o exercício de 2014, motivo pelo qual não foi constituída provisão para devedores duvidosos. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

### Outros assuntos

**Auditoria das demonstrações financeiras individuais, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalvas nomeadamente a exposta acima na nossa alínea a), datado de 12 de abril de 2013.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Jose Ricardo Faria Gomez - Contador

CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

02/02